

JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA
DA UNIÃO EUROPEIA – DE JANEIRO
A JUNHO DE 2022

Elaborado por Ricardo Bayão Horta

Abuso de posição dominante

Acórdão do Tribunal de Justiça de 30 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo C-149/21 P; ECLI:EU:C:2022:517

Partes: Fakro sp. z o.o. / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Rejeição de uma denúncia pela Comissão Europeia – Inexistência de interesse da União Europeia

Acórdão do Tribunal Geral de 15 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo T-235/18; ECLI:EU:T:2022:358

Partes: Qualcomm Inc. / Comissão

Descritores: Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercado dos chipsets LTE – Decisão que declara uma infração ao artigo 102.º do TFUE e ao artigo 54.º do Acordo EEE – Pagamentos de exclusividade – Direitos de defesa – Artigo 19.º e artigo 27.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Efeitos de exclusão

Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de maio de 2022, proferido no âmbito do Processo C-377/20; ECLI:EU:C:2022:379

Partes: Servizio Elettrico Nazionale SpA, ENEL SpA, Enel Energia SpA / Autorità Garante della Concorrenza e del Mercato e o.

Descritores: Reenvio prejudicial – Concorrência – Posição dominante – Exploração abusiva – Artigo 102.º do TFUE – Incidência de uma prática sobre o bem-estar dos consumidores e sobre a estrutura do mercado – Prática de exclusão abusiva – Capacidade da prática para produzir um efeito de exclusão – Recurso a meios diferentes daqueles que decorrem de uma concorrência pelo mérito – Impossibilidade para um hipotético concorrente igualmente eficaz de replicar a prática – Existência de uma intenção anticoncorrencial – Abertura à concorrência do mercado da venda de eletricidade – Transferência de informações comercialmente sensíveis no

interior de um grupo de empresas com o objetivo de manter uma posição dominante no mercado herdada de um monopólio legal – Imputabilidade do comportamento da filial à sociedade-mãe

Acórdão do Tribunal Geral de 9 de fevereiro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-791/19; ECLI:EU:T:2022:67

Partes: Sped-Pro S.A. / Comissão

Descritores: Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercado dos serviços de transporte ferroviário de mercadorias – Decisão de rejeição de uma denúncia – Artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 773/2004 – Prazo razoável – Interesse da União em prosseguir o exame de uma denúncia – Determinação da autoridade mais bem colocada para examinar uma denúncia – Critérios – Erro manifesto de apreciação – Falhas sistémicas ou generalizadas relativamente ao respeito do Estado de Direito – Risco de violação dos direitos de um denunciante em caso de rejeição de uma denúncia – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 2 de fevereiro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-616/18; ECLI:EU:T:2022:43

Partes: Polskie Górnictwo Naftowe i Gazownictwo S.A. / Comissão

Descritores: Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercados do gás da Europa Central e Oriental – Decisão que torna obrigatórios os compromissos individuais assumidos por uma empresa – Artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Adequação dos compromissos face às preocupações em matéria de concorrência inicialmente identificadas na comunicação de objeções – Renúncia da Comissão em exigir compromissos relativos a certas preocupações iniciais – Princípio da boa administração – Transparência – Dever de fundamentação – Objetivos da política energética da União – Princípio da solidariedade energética – Desvio de poder

Acórdão do Tribunal Geral de 2 de fevereiro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-399/19; ECLI:EU:T:2022:44

Partes: Polskie Górnictwo Naftowe i Gazownictwo S.A. / Comissão

Descritores: Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercados do gás da Europa Central e Oriental – Decisão de rejeição de uma denúncia – Falta de interesse da União – Exceção da ação estatal – Obrigação de análise diligente – Direitos processuais ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 773/2004

Acórdão do Tribunal Geral de 26 de janeiro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-286/09 RENV; ECLI:EU:T:2022:19

Partes: Intel Corporation Inc. / Comissão

Descritores: Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercado dos microprocessadores – Decisão que declara uma infração ao artigo 102.º do TFUE e ao artigo 54.º do Acordo EEE – Descontos de fidelidade – Restrições “não dissimuladas” – Qualificação de prática abusiva – Análise do concorrente igualmente eficaz – Estratégia de conjunto – Infração única e continuada

Acórdão do Tribunal Geral de 19 de janeiro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-610/19; ECLI:EU:T:2022:15

Partes: Deutsche Telekom AG / Comissão

Descritores: Recurso de anulação com pedido de indemnização – Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercado eslovaco dos serviços de telecomunicações de banda larga – Decisão que declara a existência de uma infração ao artigo 102.º do TFUE e ao artigo 54.º do Acordo EEE – Acórdão que anula parcialmente a decisão e reduz o montante da coima aplicada – Recusa da Comissão em pagar juros de mora – Artigo 266.º do TFUE – Artigo 90.º do, n.º 4, al. a), do Regulamento Delegado (UE) n.º 1268/2012 – Violação suficientemente caracterizada de uma norma jurídica que confere direitos aos particulares – Privação do gozo do montante da coima indevidamente pago – Lucros cessantes – Juros de mora – Taxa – Prejuízo

Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas

Acórdão do Tribunal de Justiça de 22 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo C-267/20; ECLI:EU:C:2022:494

Partes: Volvo e DAF Trucks / RM

Descritores: Reenvio prejudicial – Acordos, decisões e práticas concertadas – Artigo 101.º do TFUE – Diretiva 2014/104/UE – Artigos 10.º, 17.º e 22.º – Ações de indemnização por infração às disposições do direito da concorrência da União Europeia – Prazo de prescrição – Presunção ilidível de danos – Quantificação dos danos sofridos – Transposição tardia da Diretiva – Aplicação no tempo – Disposições substantivas e processuais

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo C-700/19 P; ECLI:EU:C:2022:484

Partes: Toshiba Samsung Storage Technology Corp., Toshiba Samsung Storage Technology Korea Corp. / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Leitores de discos óticos – Decisão que declara a existência de uma infração ao artigo 101.º do TFUE e ao artigo 53.º do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, de 2 de maio de 1992 – Infração única e continuada – Conceito – Acordos de colusão que tinham por objeto procedimentos concursais relativos a leitores de discos óticos para computadores portáteis e computadores de secretária organizados por dois fabricantes de computadores

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo C-699/19 P; ECLI:EU:C:2022:483

Partes: Quanta Storage Inc. / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Leitores de discos óticos – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE e ao artigo 53.º do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, de 2 de maio de 1992 – Infração única e continuada – Conceito – Acordos de colusão que tinham por objeto procedimentos concursais relativos a leitores de discos óticos para computadores portáteis e computadores de secretária organizados por dois fabricantes de computadores

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo C-698/19 P; ECLI:EU:C:2022:480

Partes: Sony Optiarc, Sony Optiarc America / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Leitores de discos óticos – Decisão que declara a existência de uma infração ao artigo 101.º do TFUE e ao artigo 53.º do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, de 2 de maio de 1992 – Infração única e continuada – Conceito – Acordos de colusão que tinham por objeto procedimentos concursais relativos a leitores de discos óticos para computadores portáteis e computadores de secretária organizados por dois fabricantes de computadores

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo C-697/19 P; ECLI:EU:C:2022:478

Partes: Sony Corporation, Sony Electronics / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Leitores de discos óticos – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE e ao artigo 53.º do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, de 2 de maio de 1992 – Infração única e continuada – Conceito – Acordos de colusão que tinham por objeto procedimentos concursais relativos a leitores de discos óticos para computadores portáteis e computadores de secretária organizados por dois fabricantes de computadores

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-350/17; ECLI:EU:T:2022:186

Partes: Singapore Airlines, Singapore Airlines Cargo / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Princípio ne bis in idem – Constrangimento estatal – Infração única e continuada – Montante da coima – Valor das vendas – Gravidade da infração – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-344/17; ECLI:EU:T:2022:185

Partes: Latam Airlines Group, Lan Cargo / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que constata uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Prescrição – Princípio ne bis in idem – Princípio da não discriminação – Direitos de defesa – Coerção estadual – Infração

única e continuada – Montante da coima – Valor das vendas – Gravidade da infração – Circunstâncias atenuantes – Participação substancialmente reduzida – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-343/17; ECLI:EU:T:2022:184

Partes: Cathay Pacific Airways / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que constata uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Direitos de defesa – Prescrição – Coerção estatal – Infração única e continuada – Montante da coima – Valor das vendas – Gravidade da infração – Circunstâncias atenuantes – Encorajamento do comportamento anticoncorrencial pelas autoridades públicas – Participação substancialmente reduzida – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-342/17; ECLI:EU:T:2022:183

Partes: Deutsche Lufthansa AG e o. / Comissão

Descritores: Concorrência – Cartéis – Mercado do frete aéreo – Decisão que constata uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade e a Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Dever de fundamentação – Afeção do comércio entre Estados-Membros – Condicionamento estatal – Infração única e continuada

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-341/17; ECLI:EU:T:2022:182

Partes: British Airways / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º

do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Dever de fundamentação – Artigo 266.º do TFUE – Constrangimento estatal – Infração única e continuada – Montante da coima – Valor das vendas – Duração da participação na infração – Circunstâncias atenuantes – Incentivo ao comportamento anticoncorrencial pelas autoridades públicas – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-340/17; ECLI:EU:T:2022:181

Partes: Japan Airlines / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Artigo 266.º do TFUE – Prescrição – Direitos de defesa – Não discriminação – Infração única e continuada – Montante da coima – Valor das vendas – Gravidade da infração – Montante adicional – Circunstâncias atenuantes – Encorajamento do comportamento anticoncorrencial pelas autoridades públicas – Participação substancialmente reduzida – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-338/17; ECLI:EU:T:2022:180

Partes: Air France / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão

– Infração única e continuada – Condições de concessão do benefício da imunidade – Igualdade de tratamento – Dever de fundamentação – Montante da coima – Valor das vendas – Gravidade da infração – Duração da participação na infração – Circunstâncias atenuantes – Encorajamento do comportamento anticoncorrencial pelas autoridades públicas – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-337/17; ECLI:EU:T:2022:179

Partes: Air France-KLM / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça Relativo aos Transportes Aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Infração única e continuada – Imputabilidade do comportamento ilícito – Condições de concessão de imunidade – Igualdade de tratamento – Dever de fundamentação – Montante da coima – Valor das vendas – Gravidade da infração – Duração da participação na infração – Circunstâncias atenuantes – Encorajamento do comportamento anticoncorrencial pelas autoridades públicas – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-334/17; ECLI:EU:T:2022:178

Partes: Cargolux Airlines / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de carburante, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Direitos de defesa – Inexistência de uma nova comunicação de acusações – Infração única e continuada – Montante da coima – Valor das vendas – Gravidade da infração – Duração da participação na infração

– Montante adicional – Circunstâncias atenuantes – Encorajamento do comportamento anticoncorrencial pelas autoridades públicas – Papel seguidista – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-326/17; ECLI:EU:T:2022:177

Partes: Air Canada / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Direitos de defesa – Inexistência de uma nova comunicação de acusações – Infração única e continuada – Retirada do pedido de clemência – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-325/17; ECLI:EU:T:2022:176

Partes: Koninklijke Luchtvaart Maatschappij / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Infração única e continuada – Igualdade de tratamento – Dever de fundamentação – Montante da coima – Valor das vendas – Gravidade da infração – Circunstâncias atenuantes – Encorajamento do comportamento anticoncorrencial pelas autoridades públicas – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-324/17; ECLI:EU:T:2022:175

Partes: SAS Cargo Group e o. / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça Relativo aos Transportes Aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Direitos de defesa – Igualdade de armas – Artigo 266.º do TFUE – Constrangimento estatal – Infração única e continuada – Montante da coima – Valor das vendas – Gravidade da infração – Duração da participação na infração – Circunstâncias atenuantes – Participação substancialmente reduzida – Circunstâncias agravantes – Reincidência – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo T-323/17; ECLI:EU:T:2022:174

Partes: Martinair Holland / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do frete aéreo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE, ao artigo 53.º do Acordo EEE e ao artigo 8.º do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça relativo aos transportes aéreos – Coordenação de elementos do preço dos serviços de frete aéreo (sobretaxa de combustível, sobretaxa de segurança, pagamento de uma comissão sobre as sobretaxas) – Troca de informações – Competência territorial da Comissão – Infração única e continuada – Igualdade de tratamento – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 22 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo C-151/20; ECLI:EU:C:2022:203

Partes: Bundeswettbewerbsbehörde / Nordzucker AG e o.

Descritores: Reenvio prejudicial – Concorrência – Artigo 101.º do TFUE – Acordo objeto de procedimentos desencadeados por duas autoridades nacionais de concorrência – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Artigo 50.º – Princípio ne bis in idem – Existência de uma mesma infração – Artigo 52.º, n.º 1 – Restrições ao princípio ne bis in idem – Requisitos – Prossecução de um objetivo de interesse geral – Proporcionalidade

Acórdão do Tribunal Geral de 9 de fevereiro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-195/19; ECLI:EU:T:2022:65

Partes: GEA Group / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercados europeus dos estabilizadores de estanho e dos estabilizadores térmicos ESBO/ésteres – Decisão que declara uma infração ao artigo 81.º do CE – Anulação da decisão que altera a decisão inicial – Decisão que indefere um pedido de reembolso da coima – Recurso de anulação – Ato recorrível – Interesse em agir – Admissibilidade – Artigo 266.º, primeiro parágrafo do TFUE

Acórdão do Tribunal Geral de 2 de fevereiro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-799/17; ECLI:EU:T:2022:48

Partes: Scania e o. / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado dos fabricantes de camiões – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE e ao artigo 53.º do Acordo EEE – Acordos e práticas concertadas sobre os preços de venda de camiões, o calendário relativo à comercialização das tecnologias em matéria de emissões e a repercussão dos custos relativos a essas tecnologias nos clientes – Procedimento “híbrido” escalonado no tempo – Presunção de inocência – Princípio da imparcialidade – Carta dos Direitos Fundamentais – Infração única e continuada – Restrição da concorrência por objeto – Âmbito geográfico da infração – Coima – Proporcionalidade – Igualdade de tratamento – Competência de plena jurisdição

Auxílios de Estado

Acórdão do Tribunal de Justiça de 30 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo C-99/21 P; ECLI:EU:C:2022:510

Partes: Danske Slagtermestre / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1 do TFUE – Regime de contribuições para a recolha de águas residuais – Denúncia – Decisão que declara a inexistência de auxílios de Estado – Recurso de anulação – Admissibilidade – Legitimidade processual ativa – Artigo 263.º, quarto parágrafo do TFUE – Ato regulamentar que não carece de medidas de execução – Afetação direta

Acórdão do Tribunal Geral de 22 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo T-657/20; ECLI:EU:T:2022:390

Partes: Ryanair / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado finlandês do transporte aéreo – Auxílio concedido pela Finlândia à Finnair no contexto da pandemia de COVID-19 – Recapitalização de uma companhia aérea efetuada pelos seus proprietários públicos e privados proporcionalmente à estrutura de propriedade preexistente – Decisão de não levantar objeções – Quadro temporário das medidas de auxílio de Estado – Medida destinada a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro – Derrogação de determinados requisitos do quadro temporário – Não ponderação dos efeitos benéficos do auxílio com os seus efeitos negativos nas condições das trocas comerciais e na manutenção de uma concorrência não falseada – Igualdade de tratamento – Liberdade de estabelecimento – Livre prestação de serviços – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 8 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo T-363/19; ECLI:EU:T:2022:349

Partes: Reino Unido / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Regime de auxílios postos em execução pelo Reino Unido em favor de certos grupos multinacionais – Decisão que declara o regime de auxílios incompatível com o mercado interno e ilegal e que ordena a recuperação dos auxílios pagos – Decisões fiscais antecipadas (tax rulings) – Regime fiscal relativo ao financiamento dos grupos e que diz respeito em particular às sociedades estrangeiras controladas – Vantagens fiscais seletivas

Acórdão do Tribunal Geral de 18 de maio de 2022, proferido no âmbito do Processo T-601/20; ECLI:EU:T:2022:302

Partes: Tirrenia di navigazione / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Transportes marítimos – Serviço de interesse económico geral – Auxílio concedido à Adriatica no período compreendido entre janeiro de 1992 e julho de 1994, relativos à ligação Brindisi/Corfu/Igoumenítsa/Patras – Decisão que declara o auxílio ilegal – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e que ordena a sua recuperação – Juros vencidos – Prazo de prescrição – Novo auxílio – Incompatibilidade com o mercado interno – Efeitos de um

acordo no mercado – Duração excessiva do processo – Confiança legítima – Segurança jurídica – Princípio da boa administração

Acórdão do Tribunal Geral de 18 de maio de 2022, proferido no âmbito do Processo T-593/20; ECLI:EU:T:2022:300

Partes: Tirrenia di navigazione / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Transportes marítimos – Serviço de interesse económico geral – Decisão que declara o auxílio ilegal – Decisão que declara o auxílio em parte compatível e em parte incompatível com o mercado interno e que ordena a sua recuperação – Auxílio de emergência – Compatibilidade com o mercado interno – Prazo de seis meses – Prorrogação – Obrigação de apresentação de um plano de reestruturação ou de liquidação – Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação a empresas em dificuldade – Isenção fiscal – Vantagem – Carácter seletivo – Afetação das trocas comerciais entre os Estados-Membros – Infração à concorrência – Duração excessiva do processo – Confiança legítima – Segurança jurídica – Princípio da boa administração

Acórdão do Tribunal Geral de 18 de maio de 2022, proferido no âmbito do Processo T-577/20; ECLI:EU:T:2022:301

Partes: Ryanair/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado alemão dos transportes aéreos – Empréstimo concedido pela Alemanha à Condor Flugdienst – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno – Artigo 107.º, n.º 3, al. c) do TFUE – Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade – Dificuldades específicas e que não resultam de uma afetação arbitrária dos custos no âmbito do grupo – Dificuldades demasiado graves para serem resolvidas pelo próprio grupo – Risco de interrupção de um serviço importante

Acórdão do Tribunal Geral de 4 de maio de 2022, proferido no âmbito do Processo T-718/20; ECLI:EU:T:2022:276

Partes: Wizz Air Hungary / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Transporte aéreo – Medida de apoio concedida pela Roménia – Auxílio de emergência concedido à TAROM – Decisão de não levantar objeções – Recurso de anulação – Qualidade de interessado – Salvaguarda dos direitos processuais – Admissibilidade

– Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade – Medida que tem por objeto impedir dificuldades sociais ou colmatar uma falha de mercado – Princípio do auxílio único – Impacto de um auxílio anterior concedido antes da adesão da Roménia à União – Dificuldades sérias – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 4 de maio de 2022, proferido no âmbito do Processo T-423/14 RENV; ECLI:EU:T:2022:268

Partes: Larko / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílios concedidos pela Grécia – Decisão que declara os auxílios incompatíveis com o mercado interno – Conceito de auxílio de Estado – Vantagem – Princípio do operador privado – Prémio de garantia – Empresa em dificuldade – Conhecimento das autoridades gregas – Comunicação da Comissão relativa aos auxílios de Estado sob forma de garantias – Erro manifesto de apreciação

Acórdão do Tribunal Geral de 27 de abril de 2022, proferido no âmbito do Processo T-392/20; ECLI:EU:T:2022:245

Partes: Flašker / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Medidas concedidas pela Eslovénia a uma rede municipal de farmácias – Fase preliminar de exame – Decisão da Comissão que declara a inexistência de um auxílio de Estado e, eventualmente, a presença de auxílios existentes – Decisão adotada sem iniciar o procedimento formal de investigação previsto no artigo 108.º, n.º 2 do TFUE – Dificuldades sérias

Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de abril de 2022, proferido no âmbito do Processo C-102/21; ECLI:EU:C:2022:272

Partes: KW e SG / Autonome Provinz Bozen

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios concedidos pelos Estados – Regime de auxílios para a construção de pequenas centrais hidroelétricas – Abrigos alpinos e de montanha sem rede elétrica – Autorização da Comissão Europeia – Cessação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de abril de 2022, proferido no âmbito do Processo C-429/20 P; ECLI:EU:C:2022:282

Partes: Solar Ileias Bompaina / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Mercado da eletricidade produzida a partir de fontes de energia renovável – Legislação nacional que tem pretensamente por efeito conceder uma vantagem ilegal em benefício de fornecedores de eletricidade – Denúncia à Comissão Europeia – Decisão de indeferimento sem dar início ao procedimento formal de investigação – Recurso de anulação – Regulamento (UE) 2015/1589 – Artigo 1.º, al. *h*) – Conceito de “parte interessada” – Inadmissibilidade

Acórdão do Tribunal Geral de 6 de abril de 2022, proferido no âmbito do Processo T-508/19; ECLI:EU:T:2022:217

Partes: Mead Johnson Nutrition (Asia Pacific) e o. / Comissão

Descritores: Auxílios estatais – Regime de auxílios executado pelo governo de Gibraltar relativo ao imposto sobre as sociedades – Isenção fiscal para rendimentos gerados por juros e por royalties de propriedade intelectual – Decisões fiscais antecipadas em proveito de empresas multinacionais – Decisão da Comissão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno – Dever de fundamentação – Erro manifesto de apreciação – Vantagem seletiva – Direito de apresentar observações

Acórdão do Tribunal de Justiça de 24 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo C-666/20 P; ECLI:EU:C:2022:225

Partes: GVN / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Conceito de “auxílio” – Transporte público de passageiros – Compensação dos custos inerentes a obrigações de serviço público – Transferência de recursos financeiros entre administrações públicas – Obrigação imposta às autoridades municipais responsáveis pelos transportes de estabelecer tarifas reduzidas para estudantes e formandos – Inexistência de vantagem concedida pelo Estado a uma empresa – Conceito de “empresa”

Acórdão do Tribunal de Justiça de 24 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo C-656/20 P; ECLI:EU:C:2022:222

Partes: Hermann Albers / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Conceito de “auxílio” – Transporte público de passageiros – Compensação de custos inerentes a obrigações de serviço público – Transferência de recursos financeiros entre administrações públicas – Obrigação de

as entidades municipais organizadoras dos transportes garantirem tarifas reduzidas para os estudantes e os aprendizes – Inexistência de vantagem concedida pelo Estado a uma empresa – Obrigação de notificação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de março de 2022, proferido no âmbito do Processo C-167/19 P; ECLI:EU:C:2022:176

Partes: Comissão / Freistaat Bayern

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Auxílio a favor do setor leiteiro alemão – Financiamento dos testes da qualidade do leite – Artigo 108.º, n.º 2 do TFUE – Decisão de dar início ao procedimento formal de investigação – Regulamento (CE) n.º 659/1999 – Artigo 6.º, n.º 1 – Obrigação de a Comissão Europeia resumir os elementos pertinentes em matéria de facto e de direito nessa decisão – Alcance – Direitos das partes interessadas serem associadas ao procedimento administrativo – Violação de uma formalidade essencial – Consequências na legalidade da decisão final

Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de janeiro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-347/20; ECLI:EU:C:2022:59

Partes: SIA «Zinātnes parks» / Finanšu ministrija

Descritores: Reenvio prejudicial – Fundos estruturais – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – Regulamento (UE) n.º 1303/2013 – Programa de cofinanciamento – Auxílios de Estado – Regulamento (UE) n.º 651/2014 – Âmbito de aplicação – Limites – Conceitos de “capital social subscrito” e de “empresa em dificuldade” – Exclusão das empresas em dificuldade do apoio do FEDER – Modalidades de produção de efeitos de um aumento do capital social subscrito – Data de apresentação das provas desse aumento – Princípios da não discriminação e da transparência

Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de janeiro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-238/20; ECLI:EU:C:2022:57

Partes: Sātiņi-S

Descritores: Reenvio prejudicial – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Artigo 17.º – Direito de propriedade – Diretiva 2009/147/CE – Indemnização por prejuízos causados à aquicultura numa zona Natura 2000 por aves selvagens protegidas – Indemnização inferior aos danos efetivamente sofridos – Artigo 107.º, n.º 1 do TFUE – Auxílios

de Estado – Conceito de “vantagem” – Requisitos – Regulamento (UE) n.º 717/2014 – Regra de minimis

Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de janeiro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-179/20; ECLI:EU:C:2022:58

Partes: Fondul Proprietatea SA / Guvernul României e o.

Descritores: Reenvio prejudicial – Mercado interno da eletricidade – Diretiva 2009/72/CE – Artigo 15.º, n.º 4 – Mobilização prioritária – Segurança do fornecimento – Artigo 32.º, n.º 1 – Livre acesso de terceiros – Acesso garantido às redes de transporte – Diretiva 2009/28/CE – Artigo 16.º, n.º 2 – Acesso garantido – Artigo 107.º, n.º 1 do TFUE – Artigo 108.º, n.º 3 do TFUE – Auxílios de Estado

Acórdão do Tribunal de Justiça de 25 de janeiro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-638/19 P; ECLI:EU:C:2022:50

Partes: Comissão / European Food e o.

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigos 107.º e 108.º do TFUE – Tratado bilateral de investimento – Cláusula de arbitragem – Roménia – Adesão à União Europeia – Revogação de um regime de incentivos fiscais antes da adesão – Sentença arbitral que atribui, após a adesão, o pagamento de indemnização – Decisão da Comissão Europeia que declara que esse pagamento constitui um auxílio de Estado incompatível com o mercado interno e que ordena a sua recuperação – Competência da Comissão – Aplicação *ratione temporis* do direito da União – Determinação da data em que o direito de receber o auxílio é conferido ao beneficiário – Artigo 19.º do TUE – Artigos 267.º e 344.º do TFUE – Autonomia do direito da União

Acórdão do Tribunal de Justiça de 20 de janeiro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-51/20; ECLI:EU:C:2022:36

Partes: Comissão / Grécia (Récupération d’aides d’État – Ferronickel)

Descritores: Incumprimento de Estado – Auxílios de Estado – Auxílios declarados ilegais e incompatíveis com o mercado interno – Obrigação de recuperação – Acórdão do Tribunal de Justiça que declara o incumprimento – Inexecução – Desrespeito da obrigação de recuperar auxílios ilegais e incompatíveis – Sanções financeiras – Caráter proporcionado e dissuasivo – Sanção pecuniária compulsória – Quantia fixa – Capacidade de pagamento – Ponderação dos votos do Estado-Membro no Parlamento Europeu

Acórdão do Tribunal de Justiça de 20 de janeiro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-594/19 P; ECLI:EU:C:2022:40

Partes: Deutsche Lufthansa / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Auxílios a favor de aeroportos e de companhias aéreas – Decisão que qualifica as medidas a favor do aeroporto de Frankfurt Hahn de auxílios de Estado compatíveis com o mercado interno e que declara a inexistência de auxílios de Estado a favor das companhias aéreas utilizadoras desse aeroporto – Inadmissibilidade de um recurso de anulação – Artigo 263.º, quarto parágrafo do TFUE – Pessoa singular ou coletiva à qual a decisão em causa não diz diretamente e individualmente respeito – Proteção jurisdicional efetiva

Acórdão do Tribunal Geral de 19 de janeiro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-757/18; ECLI:EU:T:2022:13

Partes: Koinopraxia Touristiki Loutrakiou / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Casinos gregos – Regime que prevê uma taxa de 80% sobre preços de entrada de montantes diferentes – Distinção entre os casinos públicos e privados – Denúncia – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ilegal e que ordena a sua recuperação – Anulação da decisão por acórdão do Tribunal Geral – Decisão que declara a inexistência de um auxílio de Estado – Recurso de anulação – Ato recorrível – Admissibilidade – Direitos da defesa

Controlo de Concentrações

Acórdão do Tribunal Geral de 22 de junho de 2022, proferido no âmbito do Processo T-584/19; ECLI:EU:T:2022:386

Partes: thyssenkrupp/Comissão

Descritores: Concorrência – Concentrações – Mercado de produção e de distribuição de aço de carbono plano – Decisão que declara a concentração incompatível com o mercado interno e com o Acordo EEE – Mercado relevante – Apreciação dos efeitos da operação sobre a concorrência – Compromissos – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 18 de maio de 2022, proferido no âmbito do Processo T-609/19; ECLI:EU:T:2022:299

Partes: Canon / Comissão

Descritores: Concorrência – Concentrações – Setor do fabrico de instrumentos médicos – Decisão de aplicação de coimas por realização de uma operação de concentração antes da sua notificação e autorização – Artigo 4.º, n.º 1, artigo 7.º, n.º 1, e artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 – Operação provisória e operação final – Estrutura de detenção em carteira por conta – Concentração única – Direitos de defesa – Confiança legítima – Princípio da legalidade – Proporcionalidade – Montante das coimas – Circunstâncias atenuantes

Acórdão do Tribunal Geral de 18 de maio de 2022, proferido no âmbito do Processo T-251/19; ECLI:EU:T:2022:296

Partes: Wieland-Werke / Comissão

Descritores: Concorrência – Concentrações – Mercado dos produtos laminados e das bandas pré-laminadas de cobre e de liga de cobre – Decisão que declara a concentração incompatível com o mercado interno e o funcionamento do Acordo EEE – Compromissos – Mercado relevante – Apreciação dos efeitos horizontais e verticais da operação sobre a concorrência – Erro manifesto de apreciação – Princípio da boa administração – Direitos da defesa

Acórdão do Tribunal de Geral de 23 de fevereiro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-834/17; ECLI:EU:T:2022:84

Partes: United Parcel Service / Comissão

Descritores: Responsabilidade extracontratual – Concorrência – Mercados dos serviços internacionais de distribuição expresso de pequenas encomendas no EEE – Concentração – Decisão que declara a concentração incompatível com o mercado interno – Anulação da decisão por um Acórdão do Tribunal Geral – Direitos de defesa – Violação suficientemente caracterizada de uma norma jurídica que confere direitos aos particulares – Nexo de causalidade